Jornal da apubh

Informativo da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Ano 1 - Nº 3 - Maio de 2005



APUBH busca novos rumos

Páginas 4 e 5

Os entraves da Andes-SN no 24º Congresso

Página 3

Proifes

O sonho se torna realidade

Página 7

Novos horizontes no primeiro ano **da atual gestão da APUBH**

Em meio a um ano de mandato, temos bons e maus motivos para comemorar ou lamentar dentro ou fora das universidades.

Internamente, são tomadas iniciativas como o estabelecimento de alguns convênios para beneficiar os professores no seu dia a dia. As questões jurídicas têm sido tratadas pela diretoria da APUBH como um dos pontos mais importantes na atual gestão.

As discussões e reflexões mais polêmicas e complexas têm sido compartilhadas com os membros dos departamentos e do Conselho de Representantes da associação. Os inúmeros convites para debates, entrevistas e palestras sobre os temas mais variados foram todos aceitos, por considerarmos momentos privilegiados para se colocar claramente posições, particularmente de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Nesse momento, a diretoria prepara sua prestação de contas para ser apresentada aos professores.

Recém-chegados do Congresso da Andes, ainda estamos perplexos diante do ocorrido no encontro. O evento se pautou por exclusões, constrangimentos e pouca discussão política.



As discussões sobre a Reforma Universitária foram reduzidas a uma oposição incondicional, simplista e politicamente inconseqüente ao anteprojeto de Lei do Ministério da Educação.

A diretoria da ANDES continua a desconhecer posições e posturas de outros fóruns, negociações essas necessárias e diálogos por serem construídos e fortalecidos, como se não fosse absolutamente essencial ouvir o que pensam os membros da ANDIFES, UNE, FASUBRA e do CONTEE sobre a universidade e o país.

Cresce e se fortalece um movimento de oposição à atual diretoria da ANDES. O Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES, se afirma como uma entidade para discussões e execução de ações políticas sobre as inúmeras questões relevantes para a universidade e a sociedade.

Devemos ser rápidos para organizar, informar, compreender, modificar e lutar pela universidade pública, gratuita e de qualidade, e por uma sociedade justa.

Devemos fazer a nossa história e vamos fazê-la. Não há tempo ou espaço para a inércia, o inócuo, a insensatez e a inconseqüência política. E, para isso, queremos contar com cada um dos professores da UFMG.

A Diretoria

Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH
Rua Arthur Itabiarano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1302 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br
Presidente: Robson Mendes Matos **1° Vice-presidente:** Bruno Rabelo Versiani **2° Vice-presidente:** Rosângela Carrusca Alvim **1° Secretária:** Irmgard de Assis **2° Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos **1° Tesoureiro:** Maria Inez Melo de Toledo **2° Tesoureiro:** Giovane Azevedo **1° Suplente:** Paulo Roberto Antunes Aranha **2° Suplente:** José Eduardo Borges Moreira - **Departamentos – Política Educacional:** Laura Stella Miccoli, Lízia Maria Porto Ramos e Armando Gil Magalhães Neves **Ciência e Tecnologia:** Janetti Nogueira de Francischi, Ione Maria Ferreira Oliveira e Andréa Mara Macedo **Política Cultural:** Ivana Versiani e Lindsley Daibert **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco **Hospital Universitário:** Helena Facury Barbosa, Débora Torres Mendes, Jane Saletti Teixeira Oliveira **Política Sindical:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues.
Jornal da APUBH
Comissão Editorial: Dalmir Francisco; José Eduardo Borges Moreira; Lindsley Daibert; Maria Inez Melo de Toledo; Robson Mendes Matos e Rosângela Carrusca Alvim. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP 2705 MG - **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes - **Diagramação, capa e ilustrações:** Daniel Gomes - **Fotografias:** Ana Maria Soares - **Supervisão geral:** Sérgio Aspahan

24º Congresso da ANDES
O último a sair apague a luz

Diretoria da ANDES tentou barrar ADs para garantir quórum e não discutiu questões relevantes como as reformas do Ensino e Sindical

Curitiba foi palco do 24º Congresso da ANDES, entre 24 de fevereiro e 1º de março.

A APUBH foi representada por 12 delegados e oito observadores eleitos em Assembléia Geral, em sua maioria, docentes 'debutantes' em um Congresso nacional da entidade, o que mostra a renovação da representação na UFMG.

Entretanto, os fatos ocorridos no encontro estremeceram mesmo os mais experientes na luta sindical. No credenciamento, um embuste: sob alegação de inadimplência, a diretoria da ANDES tentou proibir a participação dos delegados da APUBH e de outras cinco ADs.

Por prever o fato, a APUBH apresentou liminar da Justiça do Trabalho para garantir sua participação, mas as demais foram impedidas de credenciamento, e, mesmo depois de recursos convincentes à diretoria da ANDES, foram desautorizadas em votação na Plenária inicial, num verdadeiro espetáculo de cassação de direitos. A secretaria do Congresso se viu obrigada, no entanto, a fazer o credenciamento da ADUFPB, ADUFSCar e ADUFG, devido à defesa de seus direitos.

A absurda alegação de inadimplência se confirmou quando apresentada modificação do estatuto da ANDES para "ratificar" a sua política financeira - a interpretação do Artigo 72 de seu Estatuto deveria se dar de forma "sistematizada" para aumentar a contribuição em 0,2% sobre a remuneração integral.

A tentativa de ingerência sobre a autonomia das ADs se fez pela aprovação da padronização das mensalidades dos associados em 1% do total dos vencimentos. Devido a essas discussões financeiras, foram deixados de lado assuntos cruciais, como a Reforma Universitária, que tem oposição incondicional da ANDES.

Ficou claro o maior interesse da diretoria da entidade em abandonar a CUT para se filiar ao CONLUTAS, além de mudar o estatuto para aumentar a arrecadação financeira, à revelia da legislação vigente. Pelo visto, devemos repensar a validade e a força da representação da ANDES, entidade sem registro sindical no Ministério do Trabalho.

Para muitos integrantes da delegação da APUBH, essa deve ter sido a primeira e última participação em um Congresso da ANDES, pois, tanto na UFMG, quanto em muitas universidades, ocorrem debates para se desfiliarem da entidade nacional.

Entenda o repasse para a ANDES

O Estatuto da APUBH estabelece competência das AGs para fixar a arrecadação da entidade. O recolhimento para a ANDES foi fixado em 1% da soma do vencimento básico mais a GAE, com o repasse de 20% do total arrecadado ou 0,2% da soma dos vencimentos de cada docente.

Em uma análise detalhada do Estatuto da ANDES, descobriu-se que o repasse estava equivocado, pois previa apenas 0,2% sobre o vencimento básico. Assim, aconselhada pela sua Assessoria Jurídica, a diretoria da APUBH, a partir de outubro de 2004, corrigiu o repasse financeiro para a entidade.

Reforma ignora 1º e 2º graus

Os docentes da carreira de 1º e 2º graus estão à margem das discussões sobre o anteprojeto de lei da Reforma Universitária, pois trata somente da Educação Superior, sem referência ao Ensino Básico das IFES.

A única diferença entre esses docentes e os do Magistério Superior está na cláusula de edital de concurso que determina a carreira, pois as exigências de titulação, o compromisso com ensino, a pesquisa e a extensão são idênticos para a UFMG, haja vista os inúmeros professores da carreira de Magistério Superior nas escolas de 1º e 2º graus da Universidade.

Desejamos a autonomia universitária para a construção de uma carreira única, baseada na natureza do nosso trabalho, pois a coexistência das duas carreiras acarreta prejuízos para os professores e a instituição. Pelo princípio de paridade entre ativos e aposentados, defendemos diretrizes e critérios isonômicos.

Sabemos ser essa uma luta maior para grandes mudanças. No entanto, enquanto essa discussão não se amplia, as reivindicações da carreira de 1º e 2º graus apontam para a isonomia entre GEAD e GED, em seus valores maiores, e na criação de uma nova "classe especial" na carreira que valorize o título de doutor, a progressão por tempo de serviço e a avaliação acadêmica.

Assim, o grande número de docentes represados no nível E da carreira poderia ascender à classe especial pelo Doutoramento, pela avaliação de desempenho e pelo tempo de serviço.

apubh Jornal da

APUBH pode se desfiliar da Andes

e criar um novo sindicato local

Assembléia Geral dos Professores discutirá desfiliação da APUBH e criação de sindicato local, via consulta eletrônica e discussão nas unidades da UFMG

O alto grau de insatisfação da grande maioria dos professores da UFMG quanto à postura política da atual diretoria da ANDES, também constatado junto a colegas de várias associações de docentes - ADs do país, ficou nítido durante a Assembléia Geral do Professores da UFMG - AG, realizada dia 22 de março, no auditório do ICEX, no campus da Pampulha.

As discussões e decisões sobre os temas da AG – manter a correção que reduziu os repasses mensais para a Andes; transformar a APUBH em sindicato dos professores da UFMG e desfiliar a APUBH da ANDES, mostraram que as diretorias das ADs das IFES deverão agir com determinação para os professores não serem marginalizados dos debates sobre as reformas do ensino superior e sindical. Indicaram também que a defesa dos docentes exige ação responsável para evitar prejuízos brutais, como os decorrentes da aprovação da reforma da Previdência.

"A proposta de desfiliação da APUBH se justifica pelo afastamento da ANDES de suas bases e seu isolamento político, causado pelos rumos de um movimento já sem vitórias políticas e materiais para os docentes", disse o presidente da APUBH, Robson Matos na AG. E mais: as críticas da diretoria da ANDES desvinculam-se de propostas plausíveis e sua diretoria se mostra sectária ao se negar a participar das discussões da Reforma do Ensino com representantes das ADs e do MEC. "Houve quebra de confiança dos professores da UFMG em relação à ANDES", disse a professora Beatriz Couto no encontro.

A diretoria da ANDES adotou uma estratégia para impedir o credenciamento de delegados de diversas ADs no 24º Congresso e também alterar o estatuto, a fim de ampliar a contribuição dos professores pelo repasse sobre o vencimento integral e não sobre o básico. Essa estratégia deixou nítida a diferença entre os que desejam unir e defender os docentes e os que precisam de mecanismos de exclusão para impor condutas mais afinadas com políticas partidárias do que com necessidades próprias do movimento docente. Sob o argumento de inadimplência, delegados de várias ADs foram impedidos de participar do Congresso e, a exemplo da APUBH, algumas só conseguiram participar por meio de liminares obtidas na Justiça do Trabalho - ver detalhes na página 3.



O advogado da APUBH, Ìtalo Nicoliello , à esquerda, explica o parecer favorável pelo recolhimento sobre o vencimento básico



O isolamento político e a ausência de conquistas da ANDES justifica a desfiliação da APUBH, diz Robson Matos

Visão ampla - Questionamentos feitos na AG da UFMG de que a APUBH pautou discussões 'secundárias' no encontro, como o repasse para a ANDES, foram rebatidas por diretores da entidade. "Hoje, discutimos questões nacionais mais amplas, como as reformas do ensino superior e sindical, mas não podemos nos descuidar de aspectos pontuais que podem quebrar a autonomia das ADs", disse Robson Matos. O diretor de Etnia, Gênero e Classe da APUBH, Dalmir Francisco, disse "que estamos diante de novos tempos, tempos para que novas ou renovadas entidades enfrentem com competência os novos desafios. Para isso, a estruturação financeira das entidades é fundamental."

A 2ª vice-presidente da APUBH, Rosângela Carrusca Alvim, acrescentou que a questão do repasse financeiro no 24º Congresso da ANDES foi "a ponta do iceberg de uma enorme insatisfação dos docentes com a entidade nacional. A sua diretoria, ao tentar abafar a pluralidade, tentou impedir a discussão sobre a crise do movimento sindical e docente. Assim, mascarou a crescente falta de representatividade e legitimidade de um sindicato que não tem registro sindical no Ministério do Trabalho".

Desfiliação – Diante desse quadro, o caminho buscado por várias ADs é a desfiliação da ANDES e a criação de sindicatos locais, "uma questão de vida ou morte para o movimento docente, no momento de discussão da reforma sindical", disse Dalmir Francisco.

Com a reforma, os docentes da UFMG poderão ser representados por um sindicato municipal ou estadual, no caso de incluir os docentes do campus da universidade em Montes Claros. "Aspectos como esses, no entanto, somente poderão ser discutidos e decididos após a aprovação do projeto no Congresso, de uma análise jurídica de seu teor e discussões com os docentes da UFMG", disse Robson Matos.

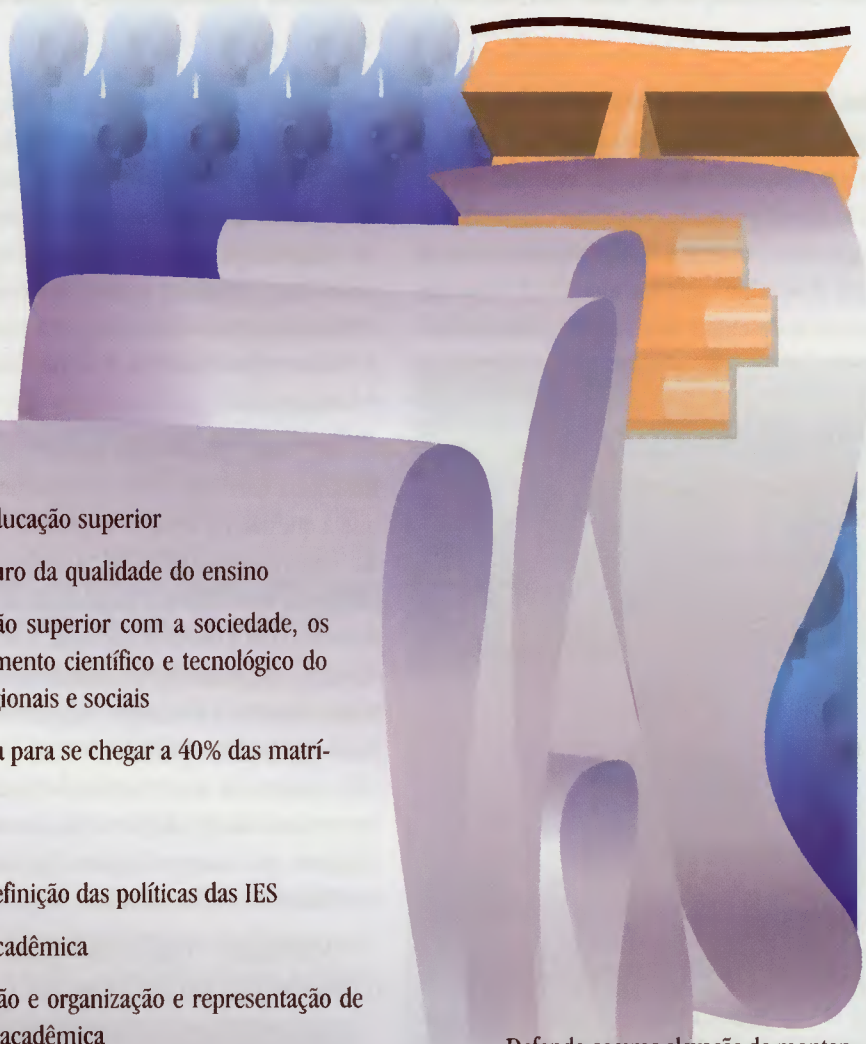
A Assembléia da APUBH decidiu que a desfiliação da entidade da ANDES e a criação de um sindicato local serão discutidas com os professores nas unidades e por meio de consulta eletrônica – e os resultados serão levados para a assembléia geral dos professores da UFMG, para referendo das decisões.



Docentes da UFMG, dentre eles associados da APUBH e representantes da Andes, participaram da Assembléia Geral

Reforma do Ensino Superior
Os prós e os contras

Vários pontos do anteprojeto do Governo devem ser mudados para uma reforma que atenda às atuais necessidades acadêmicas



O anteprojeto "Reforma do Ensino Superior", em debate no meio acadêmico e governamental do país, representa um marco histórico para esse nível da educação brasileira, pois incorpora bandeiras defendidas pelos movimentos sociais nas últimas décadas. Dentre os avanços podemos destacar:

- o papel social a ser cumprido pela educação superior
- a garantia do caráter estável e duradouro da qualidade do ensino
- o compromisso do sistema de educação superior com a sociedade, os demais sistemas de ensino, o desenvolvimento científico e tecnológico do país e a diminuição das desigualdades regionais e sociais
- a intenção de se expandir a rede pública para se chegar a 40% das matrículas no sistema, em 2011
- a afirmação da liberdade acadêmica
- a participação da sociedade civil na definição das políticas das IES
- a gestão democrática da atividade acadêmica
- a garantia de liberdade de associação e organização e representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica
- a defesa da definição do ensino como bem público, com a exigência de que a sua oferta seja regulada pelo Estado e
- a concessão de autonomia financeira plena às IFES.

Alguns pontos do anteprojeto, no entanto, são passíveis de críticas:

- o Plano de Desenvolvimento Institucional lembra o contrato de gestão proposto pelo governo anterior, devido à exigência de assinatura conjunta pelo MEC e pelas IFES
- a inadmissibilidade da diferenciação entre Universidade, Centro Universitário e Faculdades quanto ao número de professores em dedicação exclusiva e portadores de títulos de mestre e doutor
- a proposta de financiamento das IFES apresentada no anteprojeto é insuficiente.

Defende-se uma elevação do montante constitucional destinado à educação para 21%, além do fim da Desvinculação das Receitas da União - DRU.

O anteprojeto apresenta vários outros pontos que necessitam de melhorias. Entretanto, o sucesso desse aperfeiçoamento dependerá da correlação de forças entre os atores que defendem pontos de vista contraditórios e a capacidade de construirem alianças em torno dos eixos mais importantes. Portanto, é imprescindível nos mobilizarmos para o debate com vistas à aprovação de uma reforma do ensino superior mais avançada possível.

PROIFES - o sonho vira realidade

O crescente número de adesões à nossa nova entidade nacional mostra a atual carência de representatividade dos docentes



A criação de uma nova entidade nacional, forte, plural, combativa, com autonomia e crescente capacidade de negociação era, desde 1998, o sonho dos professores da UFMG. Pois esse sonhou torna-se realidade. O Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES, conta hoje com mais de 10 mil filiados. Só em fevereiro, a página da entidade - www.proifes.org.br recebeu mais de 77 mil visitas.

O sucesso do Fórum deve-se, em grande parte, ao objetivo de defender intransigentemente os direitos dos professores. Com isso em mente, logo após a sua criação, o PROIFES reivindicou participação em dois grupos de trabalho do MEC - o que debate a reforma do ensino superior e outro que discute a estrutura salarial dos docentes das IFES, avaliação de desempenho e paridade entre ativos e aposentados.

A fim de se obter subsídios para atuação do PROIFES nesses dois GT's, foi realizada uma consulta eletrônica com mais de 2.000 respostas. Após a análise desse resultado, no último dia 30 de março o Fórum apresentou 16 emendas ao anteprojeto de Reforma do Ensino Superior - as propostas apresentadas no GT do MEC se basearam no resultado da consulta.





O Fórum defende os seguintes pontos no GT:

- ampliação dos incentivos de titulação para 10% em aperfeiçoamento; 20% especialização, 40% mestrado e 80% doutorado
- criação imediata da categoria de 'professor associado'
- reimplantação do mecanismo de anuênios
- incorporação integral da GAE, GED e GEAD, a ser efetivada em três parcelas - junho de 2005, dezembro de 2005 e junho de 2006
- reajuste salarial, a partir de janeiro de 2005, para a recomposição da inflação de 2004
- definição de política salarial para recomposição periódica do poder aquisitivo dos professores
- concessão da GED plena a aposentados e pensionistas
- implantação de mecanismos de avaliação do trabalho individual do docente, sem incidência direta no salário e
- debate e implantação de uma nova carreira docente.

Nos últimos meses, a diretoria do PROIFES participou de vários debates sobre a Reforma do Ensino Superior e a Reestruturação da Carreira Docente, com boa acolhida das suas propostas.

O crescimento e o fortalecimento da entidade, devem-se, em grande parte, às suas atuações propositivas e à proximidade aos interesses docentes, sempre na defesa e apresentação das propostas aprovadas pelo conjunto dos professores.

Docentes poderão reaver os **3,17% dos vencimentos**

Departamento Jurídico da APUBH já recebe documentos dos associados para iniciar os processos na Justiça

A APUBH busca correção das cadernetas de poupança

Por decisão da Justiça, poupadores com saldos em cadernetas com aniversário entre 1º e 15 de janeiro de 1989 e 1º e 15 de março de 1990 têm diferenças a receber pela aplicação do IPC integral desses dois períodos. O Judiciário definiu ser dos bancos depositários a responsabilidade nesses casos.

Diferenças do FGTS

Após o término do prazo do acordo sugerido pelo Governo Federal, só resta o caminho do Judiciário para quem ainda não questionou os expurgos do FGTS. Para apoiar os docentes na busca desse direito, a APUBH disponibiliza atualmente o seu Departamento Jurídico.

PIS/PASEP e auxílio alimentação

A APUBH reabriu prazo para cobrança judicial das diferenças das contas do PIS/PASEP e da restituição do auxílio-alimentação, descontado nas férias e licenças para tratamento de saúde e capacitação. A formação de novos grupos para a ação do auxílio-alimentação vai até o dia 31 de maio e para o PIS-PASEP até o dia 29 de julho.

APUBH recorrerá dos 3,17%.

A APUBH cobrará individualmente a diferença de 3,17 % nos vencimentos, pois o direito dos servidores foi reconhecido pelo Judiciário e Executivo Federal, que incorporou o índice à remuneração a partir de janeiro de 2002 e determinou o pagamento dos valores vencidos em sete anos.

Desde 1999, a APUBH luta na Justiça para receber o crédito de seus filiados e a ação coletiva aguarda julgamento de recurso no TRF desde abril de 2002. Já as ações individuais tramitarão no Juizado Especial Federal, que permitirá solução mais rápida do litígio do que os sete anos propostos pelo Governo. A relação dos documentos para a propositura de ações pode ser obtida pelo telefone 3441-7211.

Convênios

Academia Dida Training
Descontos de 10% a 25% para planos trimestrais, semestrais e anuais. Academia no Shopping Del Rey – 3415-8200.

Telemig Celular
Descontos de 10% a 25 % na franquia e na assinatura de planos de grupo; 25% a 35% em ligações VC1 e R$ 40,00 na compra de aparelhos. Vá até as lojas Telemig Celular ou aos postos de atendimento nas Drogarias Araújo com seu contra-cheque para, comprovar filiação, e acesse www.telemigcelular.com.br/grupo/index.asp?cliente=apubh para mais informações.

Fotografia Beagá Color
Revelação de negativos, cópias digitais e analógicas, restauração de fotos antigas, coleta e revelação em 1 hora. Preços de revelação: filme de 12 poses, R$ 4,86; 24 poses, R$ 9,72 e 36 poses, R$ 14,58. Serviços digitais: 25 % de desconto e cheque para 30 dias.

Livraria Daldegan
Livro Arbítrio - Desconto de 20% para livros nacionais; 10% para importados ou pagamento parcelado em três vezes sem juros no cheque para compras acima de R$ 100,00. Savassi - Rua Paraíba 1047 - 3261-3608. Campus UFMG - Faculdade de Odontologia sala 2901 - 3492-3769 livraria@livroarbitrio.com.br

NOSSACOOP - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.

SEDE (Campus UFMG): Avenida Antônio Carlos, 6627 – Praça de Serviços – 2º andar - Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG – CEP 31.270-010 - PABX: (031) 3492-8616

PAC - CEFET: Avenida Amazonas, 5253 – Lojas 237/239 - Campus I – CEFET - Bairro Nova Suiça – Belo Horizonte/MG – CEP 30.480-000 - Telefone: (031) 3371-1644

PAC - CAMPUS SAÚDE: Avenida Alfredo Balena, 190 – Sala 1002 – Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100 – Telefone: (031) 3274-2266

PAC - NOVOS HORIZONTES: Rua Alvarenga Peixoto, 1270 - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.180-120 - Telefone: (031) 3292-2222

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito

POSICIONAMENTOS SOBRE A CAMPANHA SALARIAL 2005

Proposta da ANDES

Na reunião do Setores das Universidades Federais da ANDES, realizada em Brasília, em 23/04/05, foi aprovada a seguinte proposta de política salarial para a categoria:

1. Incorporação das gratificações
2. Recomposição anual das perdas históricas (1995/2004)
3. Índice emergencial de 18% sobre o vencimento básico (perdas inflacionárias do Governo Lula)
4. Definição de um piso salarial para a categoria
5. Data base para reajuste salarial: 1° de maio

Essa proposta foi apresentada pela Diretoria da ANDES na Plenária dos Servidores Públicos Federais (CNESF).

Parece que a ANDES abriu mão de algumas de suas reivindicações históricas, como a tradicional cantilena do reajuste linear para todo o funcionalismo publico federal, o que já nos custou greves intermináveis com pouco ou nenhum sucesso, tendo como resultado um desgaste e uma descrença irremediável dos professores em relação às greves.

Proposta do PROIFES

Na reunião da Diretoria do PROIFES, realizada em Brasília ,em 8 de janeiro de 2005, foi aprovada as seguintes propostas de política salarial, as quais foram referendas por consulta eletrônica nacional.

1. Aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes

   a. Ampliação já, dos incentivos à titulação, que passariam a ser para docentes com aperfeiçoamento, 10%; com especialização, 20%; com mestrado, 40% e com doutorado, 80%;
   b. Criação imediata da categoria de professor associado, situada entre a de adjunto e a de titular, sem prejuízo de posterior debate e implantação de nova carreira docente;
   c. Re-implantação do mecanismo de anuênios;
   d. Incorporação integral da GAE, GED e GEAD, a ser efetivada em três parcelas, sendo a primeira em junho de 2005, a segunda em dezembro de 2005 e a terceira em junho de 2006;
   e. Reajuste salarial, aplicável a partir de janeiro de 2005, para reposição da inflação de 2004;
   f. Definição de política salarial de longo prazo, de forma a contemplar a recomposição periódica do poder aquisitivo dos professores e a reposição gradativa das pesadas perdas impostas ao longo dos últimos anos.

2. Paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão

   a. Concessão da GED plena a aposentados e instituidores de pensão, a partir de janeiro de 2005.

3. Avaliação

   a. Implantação de mecanismos de avaliação do trabalho individual docente que considerem sua contribuição à pesquisa, ao ensino e à extensão;
   b. Utilização dos resultados da avaliação como elemento do processo de progressão na carreira docente, a ser repensado.

Finalmente, embora seja nossa compreensão que os assuntos a seguir indicados escapam eventualmente do alcance do presente Grupo de Trabalho, registramos aqui a urgente necessidade de:

- debater e implantar nova carreira docente, que supere os anacronismos hoje existentes;

- discutir e superar as profundas distorções salariais que vêm sendo produzidas e acumuladas ao longo dos anos, como – por exemplo – as resultantes da obtenção, por uma parcela dos docentes, de ganhos judiciais que deveriam ser estendidos a todos.

Diretoria do PROIFES. Brasília, 8 de janeiro de 2005.

A APUBH convida todos os professores para debater essas propostas e apresentar sugestões de como encaminhá-las à negociação com o Governo.